



**CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 4ª REGIÃO**  
Sede: Av. Alm. Barroso, 22 - 14ª andar, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-000  
Telefone: (21)2517-8178 - www.crn4.org.br - E-mail: crn4@crn4.org.br

## **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026**

### **PROCESSO Nº 040419.000008/2026-26**

#### **TIPO: MENOR PREÇO POR GRUPO**

#### **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

<b>BASE LEGAL:</b> Este procedimento licitatório obedecerá a Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, pelos Decretos 11.462/2023 e 10.024/2019.
<b>DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:</b> 16/07/2026 - HORÁRIO DE BRASÍLIA
<b>FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL</b>
<a href="#">Portal Transparência CRN-4</a> - Menu "Licitações e Contratos - Licitações - Em Andamento".
<a href="#">Pesquisa Pregão - Comprasnet</a>
<b>E-mail para esclarecimentos:</b> <a href="mailto:licitacao@crn4.org.br">licitacao@crn4.org.br</a>
<b>Telefone:</b> (21) 2517-8178 - Setor de Compras e Licitações

O CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO DA 4ª REGIÃO (CRN-4), UASG 389220, por meio de seu Pregoeiro, torna público o presente Edital de licitação, o qual se realizará na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por grupo, modo de disputa aberto/fechado, objetivando a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, para diagramação, impressão e acabamento de materiais gráficos institucionais a forma de registro de preços, nos termos especificados no Anexo I - Termo de Referência deste Edital, observando a Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, os Decretos 11.462/2023 e 10.024/2019. Este Edital está disponível no link [Pesquisa Pregão - Comprasnet](#), pelo nº **90007/2026** ou no Portal da Transparência do CRN-4, disponível no link [Portal Transparência CRN-4](#) - Menu "[Licitações e Contratos - Licitações - Em Andamento](#)".

### **1. OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, para diagramação, impressão e acabamento de materiais gráficos institucionais a forma de registro de preços, conforme as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### **2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação que se seguir à licitação de que trata o Anexo I, correrão à conta da dotação orçamentária do CRN-4 para o exercício de **2026**, sob a Rubrica nº 6.2.2.1.1.01.04.06.019-Despesas com Eventos Técnicos e Científicos.

### **3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste edital e em seus anexos.

3.2. Empresas que estejam legalmente estabelecidas no País e devidamente credenciadas junto ao SICAF.

3.2.1. As empresas não cadastradas no SICAF, e que tiverem interesse em participar do presente Pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública.

3.3. A licitante deverá ter pleno conhecimento dos requisitos, termos e condições do Edital, em especial do Termo de Referência.

3.4. Não poderão concorrer neste Pregão:

3.4.1. Empresa suspensa de participar de licitação e impedido de contratar com o CRN-4, durante o prazo da sanção aplicada;

3.4.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.3. Empresas que se encontrem em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

3.4.4. Empresa impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

3.4.5. Constituída sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.4.6. Empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no país;

3.4.7. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.4.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme artigo 14, inciso IV da Lei 14.133/2021;

3.4.9. Cujo objetivo social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.4.10. O autor do anteprojeto, projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

3.4.11. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.4.12. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

#### **4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, exclusivamente para o e-mail [licitacao@crn4.org.br](mailto:licitacao@crn4.org.br), até as 17:00 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

4.1.1. Solicitações encaminhadas após esse horário serão computadas no dia útil posterior.

4.2. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

4.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

4.4. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 55 da Lei 14.133/21, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

4.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no Portal de Compras do Governo Federal, bem como no Portal Transparência desta Autarquia, dentro do prazo estabelecido no item 4.2, e vincularão os participantes e o CRN-4.

#### **5. DO CREDENCIAMENTO**

5.1. Essa licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do Sistema de Compras do Governo federal disponível no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

5.2. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, credenciar-se previamente no Sicaf (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>), a fim de obter chave de identificação e senha de acesso, pessoais e intransferíveis.

5.2.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.2.2. O procedimento, regras e critérios, para o cadastramento acima citado, serão os estipulados pelo Portal de Compras do Governo Federal, os quais poderão ser consultados também por meio do endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

5.2.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CRN-4 responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros.

5.2.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico, implica na responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.2.5. O licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, podendo retirá-la ou substituí-la até a abertura da sessão.

6.2. Para iniciar o cadastramento das propostas, é necessário o aceite do termo “Termo de Aceitação. Declaro que cumpro e estou ciente de todas as declarações contidas no termo de aceitação.” e a seleção da declaração de ME/EPP, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14.133/21.

6.2.1. Ao aceitar o referido Termo, será necessário confirmar as seguintes declarações, selecionando apenas aquelas que o licitante realmente cumpre e está ciente delas:

a) Condições de participação:

a.1) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

a.2) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

b) Declarações para fins de habilitação:

b.1) Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

b.2) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

b.3) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

b.4) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

b.5) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

c) Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:

c.1) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

c.2) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

6.2.1.1. A não inclusão das declarações acima listadas acarretará a inabilitação do licitante.

6.2.2. As empresas que optarem pelos benefícios da LC 123/06 deverão indicar, em campo próprio do sistema, que não ultrapassaram o limite de faturamento e cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, caso ele seja aplicado nessa contratação, observado o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3. A falsidade das declarações acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

6.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.3.1. Quantidade ofertada;

6.3.2. Valor unitário;

6.3.3. Marca/Fabricante; (quando se tratar de aquisição de produtos)

6.3.4. Modelo/Versão. (quando se tratar de aquisição de produtos)

6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.6. A licitante responsabiliza-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do CRN-4 por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.8. Após o início da sessão, não haverá possibilidade de exclusão/alteração das propostas, as quais serão analisadas conforme definido no Edital e seus Anexos.

6.8.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa em desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

6.8.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.8.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito

na fase de aceitação.

6.9. Não será levada em consideração proposta que contenha vantagem não prevista neste Edital, inclusive aquela caracterizada por valor baseado nas ofertas dos demais licitantes.

6.10. O envio da proposta implica a plena aceitação, por parte da proponente, às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.11. Todas as referências de tempo constantes neste Edital, bem como os enunciados na Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

6.12. É facultado à Administração, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

7.1. A partir do horário previsto neste edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

7.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

7.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo agente de contratação ou de sua desconexão;

## **8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. Iniciada a fase competitiva, observado o modo de disputa adotado neste edital, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.3.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

8.3.1.1. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

8.3.1.2. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.3.1.2.1. A inexecutibilidade, nesse caso, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.4. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.4.1. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

8.5. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.6. Para este certame, será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO E FECHADO, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

8.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor do grupo para o qual concorre.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de 1% (um por cento).

8.9. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados da seguinte forma:

I - ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

II - ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.10. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.11. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

8.12. Não sendo possível realizar o desempate pelo critério acima, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei 14.133/2021.

8.12.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate acima.

8.12.2. Persistindo o empate, será realizado sorteio, preferencialmente de forma presencial, entre os licitantes convocados, para determinação da ordem de classificação de propostas.

8.13. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.13.1. Caso a desconexão do sistema eletrônico persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no próprio Portal de Compras do Governo Federal.

## **9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)**

9.1. Para usufruir o direito de preferência, a Licitante deverá optar em campo próprio do sistema, pelos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, quando do envio da proposta.

9.1.1. Para comprovação da condição prevista na LC 123/2006, o licitante deverá apresentar, junto aos documentos de habilitação, relação de contratos ativos, que comprove a condição diferenciada.

9.2. As licitantes que não se manifestarem como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte no momento do envio da proposta terá o tratamento igual às demais licitantes, não cabendo o direito de recursos posteriores.

9.3. As ME's e EPP's deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de habilitação, inclusive os documentos de regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição, caso em que, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

9.4. A não comprovação da regularidade fiscal até o final do prazo estabelecido implicará na decadência do direito da primeira colocada, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.5. Após a fase de lances se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

9.5.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá no prazo de 5 (cinco) minutos apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e se atendidas às exigências deste Edital;

9.5.2. Não sendo Contratada a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da sub condição anterior e havendo outros licitantes que se enquadram na condição prevista no caput, estes serão convocados, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito;

9.5.3. A convocada (licitante convocada) que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

9.5.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste capítulo, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

9.5.5. O disposto no item "9.5." somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

9.5.6. Após a realização do procedimento estabelecido no item "9.5.", o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e poderá deixar de proceder à adjudicação, caso o licitante declarado vencedor não concorde em adequar seu preço àquele estabelecido pela Administração.

## **10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA E DA NEGOCIAÇÃO**

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, sendo avaliada a exequibilidade da proposta, conforme item 8. deste edital.

10.1.1. No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

10.1.1.1 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

10.2. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar terá o prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual

período, contado da solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado (conforme Anexo II - Modelo de Proposta de Preços), em arquivo único, no sistema, e, se necessário e solicitado, dos documentos complementares.

10.3.1. A proposta deverá conter, entre outros elementos indispensáveis:

a) Descrição detalhada do objeto ofertado, com a inclusão de todas as informações necessárias para a compreensão do mesmo;

b) Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação;

b.1) Caso a proposta omita o prazo de validade, este será entendido como sendo o de 60 (sessenta) dias;

c) Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou fornecimento dos bens.

c.1) Não será permitido acréscimos ou supressões, ressalvado o previsto em Lei, mediante anuência da Administração.

c.2) No caso de divergência entre valores expressos em algarismos e valores apresentados por extenso, ou quando notadamente ocorrerem enganos quando da transcrição de valores para planilhas anexadas ou ocorrerem equívocos quanto aos cálculos apresentados, prevalecerá sempre o valor por extenso.

d) Demais informações devem seguir o Anexo II - Modelo de Proposta de Preços.

10.3.2. A prorrogação do prazo para envio da proposta ajustada poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

II - de ofício, a critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

10.4. Na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.4.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.4.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no item 8.9 deste edital, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 60 da Lei 14.133/2021.

10.5. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

10.6. Observado o prazo de que trata o item 10.2 deste edital, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

10.7. No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

10.8. Desde que previsto em edital, caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora.

10.9. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

10.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento mencionado acima, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.10. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, verificará a documentação de habilitação do licitante.

10.11. O valor máximo para esta contratação será de R\$ 741.010,00 (setecentos e quarenta e um mil e dez reais), assim distribuídos:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
Caderno Institucional	Caderno tamanho 14x20 cm; acabamento em wire-o branco; capa dura em couche 17g/m2 com laminação fosca e com relevo - 3 cores; contracapa dura em couche 17g/m2 com laminação fosca e com relevo - 3 cores ; 3 páginas coloridas frente e verso (dados pessoais e calendários) com papel AP 75g; 3 páginas	3.000	R\$ 47,04	R\$141.120,00

	frente e verso avulsas coloridas no papel couchê brilhoso; miolo em 236 páginas frente e verso com folhas em 1x1 cor - P&B (páginas iguais) brancas e pautadas com papel AP 75g; rodapé com informações que constam na arte e cabeçalho com campo de preencher data conforme a arte.			
Ecobag	Ecobag de algodão com alças costuradas na parte interna - alças de 27cm - sacola:42x43x10cm - inclui até 5 cores de personalização do logo, em silk screen. Código 40831XB.	5.000	R\$ 38,23	R\$191.150,00
Caneta	Caneta metálica com suporte para celular, ponteira touch screen e limpador de tela. Carga esferográfica azul e acionamento por clique - Incluso gravação a laser. Código 98531XB, corpo na cor branca, arte colorida.	3.500	R\$ 6,76	R\$23.660,00
Caneta	Caneta metálica com suporte para celular, ponteira touch screen e limpador de tela. Carga esferográfica azul e acionamento por clique - Incluso gravação a laser. Código 98531XB, corpo na cor prata, arte colorida.	3.500	R\$ 6,76	R\$23.660,00
Bloco com papel timbrado	Formato: 14cm x 21cm Cor: 4/0 Com logotipo do CRN-4, endereço, mapas da jurisdição e redes sociais com slogan. Acabamento: Papel off set 90 gr, 50 páginas - 1 via, colado.	7.000	R\$ 9,76	R\$68.320,00
Botton	Formato: medidas 45mm x 45mm. Material chapa de alumínio frontal, traseira de PVC. Base plásticas (PVC) com alfinete de metal. Tampa interna em alumínio. Película poliéster sobre impressão a laser de alta qualidade.	7.500	R\$ 4,80	R\$36.000,00
Mousepad	Formato: Ergonômico de neoprene com apoio para o punho de silicone. Parte inferior revestida com silicone antiderrapante. Medidas: 19,1cm. Impressão com uma cor de base + slogan e logo do CRN-4 coloridos.	600	R\$ 35,77	R\$21.462,00
Marcadores de página	Formato: papel couchê 250g de 5x19 cm em frente e verso - já recortados pronto para distribuição.	7.500	R\$ 3,11	R\$23.325,00
Pasta com bolsa	Formato: Aberto 44cm x 42 cm com bolsa com corte arredondado Formato fechado: 22 x 31 cm Cores: 4/0 Papel: Cartão Triplex 250gr, acabamento laminação (frente) fosco, verniz localizado + corte de faca. Com logotipo, endereços, telefones e redes sociais do CRN-4.	6.000	R\$ 3,42	R\$20.520,00
Banners físicos	Banner em lona. Formato: 0,90 x 1,20 m em 380gr e acompanhado com acabamento de bastão e barbante.	10	R\$ 118,30	R\$ 1.183,00
Cartaz	Formato: A3, 4/0 cores, impresso em papel couchê brilho ou fosco 150g. Acabamento: Aplicação de 04 (quatro) fitas dupla face no verso	50	R\$ 3,91	R\$ 195,50
Folder Institucional - Grande (29,7 x 21 cm)	Impressão formato aberto: 29,7 x 21 cm; Formato fechado: 10 x 21 cm; Impressão off-set 4/4 cores; Papel couchê fosco 170g. Acabamento: duas dobras, corte reto, vinco e laminação fosca externa.	4.000	R\$ 2,90	R\$ 11.600,00
Folder Institucional - Médio (20 x 21 cm)	Impressão formato aberto: 20 x 21 cm; Formato fechado: 10 x 21 cm; Impressão off-set 4/4 cores; Papel couchê fosco 170g; Acabamento: uma dobra, corte reto, vinco e laminação fosca externa.	7.500	R\$ 1,01	R\$ 7.575,00
Mini cartilha	Formato aberto: 18cm x 14cm Formato fechado: 9cm x 14cm Aproximadamente 20 páginas + 4 (capa e contracapa). Capa: 4/1, papel couchê brilho 300gr. Miolo: 4/4, offset 90gr. Acabamento com 02 grampos CANOA	1.000	R\$ 18,94	R\$ 18.940,00
Cartilha	Formato aberto: 21 x 29,7 Formato fechado: 14,8 x 21 Aproximadamente 30 páginas + 4 (capa e contracapa). Capa: 4/1, papel couchê brilho 300gr. Miolo: 4/4, offset 90gr. Acabamento com 02 grampos CANOA	800	R\$ 37,91	R\$ 30.328,00
Flyers	Formato: 15 cm x 21 cm Cores: 4/4 Papel: couche brilho 150gr Acabamento: corte reto	7.500	R\$ 0,20	R\$ 1.500,00

Crachá para funcionários e conselheiros	Formato: PVC 0.75mm medindo 5,4x8,6cm, presilha formato jacaré, com cordame 45 cm personalizado.	200	R\$ 14,06	R\$ 2.812,00
Adesivos	Adesivos em Vinil. Formato 6,5x5,8cm; Acabamento com meio corte (corte contorno) para destacar + corte individual.	7.500	R\$ 0,35	R\$ 2.625,00
Crachás para eventos institucionais	Formato 9 x13cm Impressão em papel plantável com sementes de alimentos. Cores 4/0 (impressão em cores só frente) Corte reto com presilha.	3.500	R\$ 4,35	R\$ 15.225,00
Botton niquelado	Resinado, tipo broche, logomarca CRN-4 em alto e baixo relevo, impressão em até 3 cores.	100	R\$ 3,46	R\$ 346,00
Camiseta - Modelo A (Malha PV)	Malha PV: 67% poliéster / 33% viscose; Gramatura: 160 g/m <sup>2</sup> (variação ±5%); Tecnologia anti-pilling; Gola careca com reforço; Cor: preta; Estampa: 4x4 frente / 1x0 costas  Tamanhos: PP, P, M, G, GG, XG; Peso aproximado: 200 g.	200	R\$ 58,18	R\$ 11.636,00
Camiseta - Modelo B (Malha PET)	Material: Malha PET 30.1 ou 50% algodão / 50% poliéster PET nos tamanhos: P, M, G, GG e XG  Medidas: Altura Largura PP 67 39 P 70 45 M 72 52 G 77 56 GG 76 59 XG 80 71	200	R\$ 61,44	R\$ 12.288,00
Caneta metálica com corpo em cortiça	Carga esferográfica azul 1.0mm Acionamento por clique Clipe metálico, acionador e ponteira metálica. Largura: 1,4 cm Comprimento: 14,2 cm Clip metálico nas cores: 400 unidades prata 400 unidades dourado 400 unidades rose gold Gravação: Silk screen 1 cor Medida aproximada para gravação (CxL): 4 cm x 0,7 cm	1.200	R\$ 7,01	R\$ 8.412,00
Medalha	Medalhas CRN-4, fundidas em liga de chumbo, estanho e antimônio, medindo 7 cm de diâmetro com 4 cm de espessura, rebarbadas e grafadas, banhada através do processo de galvanoplastia com banho de cobre, níquel, latão, oxidação, pintura e verniz, com fita gorgorão com personalização em Silk com 38 mm de largura, com estojo de veludo.	50	R\$ 9,55	R\$ 477,50
Copos de fibras de arroz	Copo de 350ml - Cor: Branco com tampa colorida (laranja, azul, roxo e verde) Gravação: Silk screen em 4 cores de um lado (frente) Caixa de papelão como embalagem e proteção.	5.000	R\$ 8,56	R\$ 42.800,00
Troféu Padrão Acrílico Cristal	Troféu Padrão em Acrílico cristal Grande 20x14cm colorido (4 cores). Base preta 16,5 x 9cm.	100	R\$ 40,37	R\$ 4.037,00
Pin	Metálico com impressão foto resinada.	100	R\$ 16,44	R\$ 1.644,00
Squeeze de metal	Garrafa de alumínio do tipo squeeze, tampa com rosca e bico em PVC cristal atóxico. Capacidade: 500 ml. Aplicação de arte a ser fornecida pelo CRN-4. Impressão a laser.	300	R\$ 27,89	R\$ 8.367,00
Mochila de Nylon USB 21L	Mochila 21l, confeccionada em nylon com compartimento para notebook até 15,6 polegadas. Contém compartimento grande com divisórias para documentos, eletrônicos e caneta, compartimento mediano com abertura vertical, compartimento frontal, bolso lateral e adaptador USB externo com cabo acoplado, permitindo a conexão de um carregador portátil de dentro da mochila e transferência da carga para o lado externo, ocultando o carregador e	100	R\$ 98,02	R\$ 9.802,00



	viabilizando a utilização do celular durante o processo. Contém zíperes com pegadores plásticos, alça de mão em nylon e alças para as costas ajustáveis com revestimento espumado antitranspirante.			
<b>TOTAL:</b>				<b>R\$741.010,00</b>

10.12. Os valores acima serão critério de seleção de propostas, respeitados os valores máximos para cada item.

## 11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação será verificada por meio das seguintes consultas:

11.1.1. SICAF;

11.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

11.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

11.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

11.1.5. Para a consulta de licitantes pessoas jurídicas, poderá haver a substituição das consultas dos itens 11.1.2. a 11.1.4. deste edital, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação prevista no art. 12 da Lei nº 8.429/92.

11.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29).

11.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.1.2. A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.2.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

11.2.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das licitantes será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, conforme o disposto no art. 36 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

11.3.1. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sicafe, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.3.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo agente de contratação, ou comissão de contratação quando o substituir, até a conclusão da fase de habilitação.

11.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

11.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.8. Independente das consultas previamente realizadas, as licitantes deverão encaminhar, nos termos deste instrumento, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### I - Habilitação jurídica:

a) Cédula de identidade e CPF dos representantes legais;

b) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, para os casos em que couber;

c) Registro comercial, no caso de empresa individual;

d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ata de eleição de diretoria em exercício;

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## **II - Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

a.1) A prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) em detrimento à prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) só se aplica quando a licitação permitir a participação de licitantes Pessoas Físicas.

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c1.) Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos municipais ou estaduais, relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal/Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

d) Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e ao Ato CGJT nº 1, de 21 de janeiro de 2022;

f) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme Anexo IV.

g) Declaração de que atende as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Anexo VI.

g.1) Deverá ser apresentada junto a declaração, certidão emitida pelo MTE, conforme Portaria 547/2025.

h) Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo VIII.

## **III - Qualificação técnica:**

A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

a) Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público, ou privado, que comprove a prestação de serviço gráfico em características, quantidades mínimas e prazos compatíveis com o objeto.

b) Portfólio de serviços produzidos e/ou empresas atendidas.

c) Declaração de que possui estrutura e pessoal com as qualificações e a quantidade necessárias para o atendimento do objeto.

d) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme Anexo V.

e) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e que responderá pela veracidade das informações prestadas, conforme Anexo VII.

## **IV - Qualificação econômico-financeira:**

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

a.1) É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios.

a.2) Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste certame, o Balanço Patrimonial e a DRE poderão ser atualizados por índices oficiais.

a.3) Os documentos exigidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.4) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

a.5) O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e as demais demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

b) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

11.9. A documentação de habilitação poderá ser:

I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II - substituída por registro cadastral emitido pelo Governo Federal - Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

11.10. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

11.11. Os documentos de habilitação solicitados serão exigidos independente do regime tributário do licitante, assim como dos licitantes Microempreendedores Individuais.

11.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.13.1. A verificação pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.13.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento mencionado acima, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.14. Os documentos de habilitação deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços atualizada, em prazo e condições idênticas ao estipulado para o referido item.

11.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de saneamento de erros ou falhas, se houver.

11.17. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, poderão ser encaminhados ao Setor de Compras e Licitações do Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Região, situado na Avenida Rio Branco nº 173, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20040-007, em até 3 (três) dias úteis após declarado o vencedor do certame.

11.8. A licitante que abandona o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

## **12. DO RECURSO**

12.1. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.1.1. O agente de contratação examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

12.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

12.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.4. Os prazos mencionados acima serão calculados automaticamente pelo sistema, quando do aceite da intenção de recursos.

12.5. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

12.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

## **13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.2. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

13.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123, de 2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

## **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO OBJETO**

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que, constatando a regularidade dos atos procedimentais, adjudicará o objeto à licitante vencedora e homologará a licitação.

## **15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

15.1. Nas contratações via Sistema de Registro de Preços (SRP), após a homologação da licitação, os licitantes

remanescentes serão convocados para se manifestarem, dentro de até 5 (cinco) dias úteis, para formação de cadastro de reserva, sendo incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos:

15.1.1. Licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação.

15.1.2. Licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

15.2. O cadastro de reserva será utilizado nos casos de cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preço, ou quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital.

15.2.1. O cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados, obedecerá ao disposto nos artigos 28 e 29 do Decreto nº 11.462/2023.

15.3. Para fins de classificação, os licitantes que aceitarem o disposto no item 15.1.1. antecederão aqueles que se encontram nas condições previstas no item 15.1.2.

15.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata.

## **16. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, em até 05 (cinco) dias úteis, após a convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

16.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo CRN-4.

16.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

16.2.1. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação, o CRN-4, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta (se houver) em favor do CRN-4.

16.3.1. Essa regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I mencionado acima.

16.4. Previamente à contratação, o CRN-4 realizará consulta ao Sicaf para identificar possível impedimento de licitar e contratar, no âmbito do CRN-4, no âmbito da Administração Pública, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no Sicaf, a licitante deverá regularizar a sua situação perante o cadastro, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos.

16.4.2. Também, antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitirá as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e as juntará ao respectivo processo.

16.5. A ata ou o contrato será emitido e assinado através de sistema eletrônico utilizado pelo CRN-4.

16.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pela contratada durante toda a vigência contratual.

16.7. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, prorrogável, conforme previsto no presente instrumento convocatório e seus anexos.

## **17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

17.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o

## **18. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

18.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

19.1. As obrigações da Contratante estão previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## **20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

20.1. As obrigações da Contratada estão previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## **21. DO PAGAMENTO**

21.1. O pagamento será efetuado conforme condições previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## **22. DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

22.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações abaixo relacionadas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2. Conforme previsão do art. 156 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as sanções abaixo relacionadas, ressaltando que a aplicação destas serão precedidas do devido processo legal, garantidos a ampla defesa e o contraditório:

I - Advertência;

II - Multas;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.2.1. A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I](#) do item 22.1. deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

22.2.2. A sanção prevista no inciso II será calculada conforme a seguinte gradação:

22.2.2.1. 5%, do valor da fatura, para atrasos até 3 dias úteis;

22.2.2.2. 10%, do valor da fatura, para atrasos entre 4 e 7 dias úteis;

22.2.2.3. 15%, do valor da fatura, para atrasos entre 8 e 12 dias úteis;

22.2.2.4. 20%, do valor da fatura, para atrasos entre 13 e 15 dias úteis;

22.2.2.5. 25%, do valor da fatura, para atrasos entre 16 e 21 dias úteis;

22.2.2.6. 30%, do valor da fatura, para atrasos superiores a 21 dias úteis;

22.2.3. A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.2.4. A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 22.2.3. deste Edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.2.5. A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

22.2.6 As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

22.2.6.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

22.2.7. A aplicação das sanções previstas no item 22.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.2.8. Na aplicação da sanção prevista no inciso II será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.2.9. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.2.9.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

22.2.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

22.2.10.1. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

22.2.11. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

22.2.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

22.2.13. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

22.2.14. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

22.2.15. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

22.2.15.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

22.2.16. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

22.2.16.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do **caput** do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

22.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.4. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão das circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente DA CONTRATANTE, e desde que formuladas até a data do vencimento estipulada para o cumprimento da obrigação.

22.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.5.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

22.5.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao CRN-4, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sicaf.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

23.1. Da sessão pública do certame divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

23.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

23.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Portal Transparência do CRN-4 - Menu “Licitações e Contratos – Licitações – Em Andamento”, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.14. Ao contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos em Lei.

23.15. As condições estabelecidas no presente Edital são consideradas básicas e indispensáveis para o fornecimento do objeto licitado.

23.16. A apresentação da proposta importará, por si só, na aceitação pelo proponente das condições deste Edital.

23.17. Os demais casos omissos assim como dúvidas surgidas serão resolvidos pela Comissão de Licitação com observância das da Lei nº 14.133/2021.

23.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Minuta do Contrato;

Anexo IV - Modelo de Declaração relativa ao trabalho de menores;

Anexo V - Modelo de Declaração de conhecimento das informações.

ANEXO VI - Modelo de Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social;

ANEXO VII - Modelo de Declaração de que cumpre as exigências de habilitação;

ANEXO VIII - Modelo de Declaração de que cumpre o art. 63, § 1º da lei 14.133/2021.

ANEXO IX - Minuta da Ata de Registro de Preços.



## TERMO DE REFERÊNCIA - TR

**Termo nº 11/2026/CRN4-ASCOM**

Processo nº 04045.000010/2026-27

### 1. INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência foi precedido de Estudo Técnico Preliminar e atende plenamente aos ditames da Lei 14.133/2021 e outras leis vigentes e pertinentes ao objeto a ser contratado.

### 2. REQUISITANTE

2.1. **Órgão Gerenciador:** Conselho Regional de Nutrição 4ª Região – CRN-4

2.2. **Área Interessada:** Comunicação CRN-4

2.3. **Endereço:** Av. Rio Branco nº 173, 5º andar, centro, Rio de Janeiro.

2.4. **Órgão ou entidade participante:** Não há órgãos participantes, sendo o CRN-4 o único órgão gerenciador e participante da presente contratação.

### 3. OBJETO

3.1. O objeto deste documento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para diagramação, impressão e acabamento de materiais gráficos institucionais, sob a forma de Sistema de Registro de Preços, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

3.2. O sistema de registro de preços, para fornecimentos continuados fracionados, é uma prática adotada de forma abrangente pela Administração Pública. Ao término da licitação, será elaborada Ata de Registro de Preços, registrando-se o valor unitário e o valor total de cada item.

3.3. Os itens que compõem este objeto serão agrupados em grupo único, considerando a necessidade de padronização visual, compatibilidade técnica entre os materiais, uniformidade de acabamentos e ganhos de escala decorrentes do agrupamento.

3.4. Será adotado como critério de julgamento o menor valor global do grupo, observados os valores estimados individualmente para cada item, os quais servirão como parâmetro de aceitabilidade das propostas.

3.5. A adoção do agrupamento mostra-se técnica e economicamente vantajosa para a Administração, considerando a necessidade de centralização da gestão contratual, racionalização logística, controle de qualidade e uniformidade da comunicação institucional.

3.6. Os itens serão entregues nas sedes do CRN-4 localizadas no Rio de Janeiro/RJ, nos seguintes endereços:

- Av. Rio Branco nº 173, 5º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20040-007;
- Av. Almirante Barroso nº 22, 14º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20031-000.

3.7. Excepcionalmente, mediante solicitação formal do CRN-4, poderão ocorrer entregas em locais vinculados a eventos institucionais promovidos pelo Conselho nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, sem ônus adicional para a Administração, desde que previamente definidos na ordem de fornecimento.

3.8. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023. Os contratos decorrentes da Ata observarão os prazos e condições previstos na legislação vigente.

### 4. JUSTIFICATIVA

4.1. Propiciar o fornecimento de materiais cuja demanda não pode ser determinada, atendendo a legislação vinculada, em especial a Lei nº. 14.133/21, que em seu Art. 40. determina que:

“Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

I - Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

II - Processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

III - Determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo;

IV - Condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;

V - Atendimento aos princípios:

- a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.”
- 4.2. A contratação em comento é viável e necessária, conforme estudo preliminar apresentado. Trata-se de serviço de apoio à realização das atividades essenciais de divulgação e promoção de eventos, serviços, programas e demais ações sistêmicas do CRN-4.
- 4.3. Cabe informar que este Conselho não possui recursos técnicos próprios para atender à demanda de impressão de materiais gráficos em escala e/ou com acabamentos diferenciados, por isso, necessita da contratação de empresa especializada.
- 4.4. A centralização por meio de uma única fornecedora permitirá economia de escala, maior controle de qualidade e coerência na comunicação institucional. Além disso, atende aos princípios da Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência, eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos.
- 4.5. A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.
- 4.6. O critério de julgamento adotado será o menor preço global por grupo, considerando a necessidade de padronização visual, uniformidade dos materiais gráficos, racionalização logística e eficiência da gestão contratual.
- 4.7. Os valores unitários estimados constantes deste Termo de Referência constituirão critério de aceitabilidade das propostas.

## 5. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1. Os itens que comporão este objeto serão agrupados conforme abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
Caderno Institucional	Caderno tamanho 14x20 cm; acabamento em wire-o branco; capa dura em couche 17g/m2 com laminação fosca e com relevo - 3 cores; contracapa dura em couche 17g/m2 com laminação fosca e com relevo - 3 cores ; 3 páginas coloridas frente e verso (dados pessoais e calendários) com papel AP 75g; 3 páginas frente e verso avulsas coloridas no papel couchê brilhoso; miolo em 236 páginas frente e verso com folhas em 1x1 cor - P&B (páginas iguais) brancas e pautadas com papel AP 75g; rodapé com informações que constam na arte e cabeçalho com campo de preencher data conforme a arte.	3.000	R\$ 47,04	R\$141.120,00
Ecobag	Ecobag de algodão com alças costuradas na parte interna - alças de 27cm - sacola:42x43x10cm - inclui até 5 cores de personalização do logo, em silk screen. Código 40831XB.	5.000	R\$ 38,23	R\$191.150,00
Caneta	Caneta metálica com suporte para celular, ponteira touch screen e limpador de tela. Carga esferográfica azul e acionamento por clique - Incluso gravação a laser. Código 98531XB, corpo na cor branca, arte colorida.	3.500	R\$ 6,76	R\$23.660,00
Caneta	Caneta metálica com suporte para celular, ponteira touch screen e limpador de tela. Carga esferográfica azul e acionamento por clique - Incluso gravação a laser. Código 98531XB, corpo na cor prata, arte colorida.	3.500	R\$ 6,76	R\$23.660,00
Bloco com papel timbrado	Formato: 14cm x 21cm Cor: 4/0 Com logotipo do CRN-4, endereço, mapas da jurisdição e redes sociais com slogan. Acabamento: Papel off set 90 gr, 50 páginas - 1 via, colado.	7.000	R\$ 9,76	R\$68.320,00
Botton	Formato: medidas 45mm x 45mm. Material chapa de alumínio frontal, traseira de PVC. Base plásticas (PVC) com alfinete de metal. Tampa interna em alumínio. Película poliéster sobre impressão a laser de alta qualidade.	7.500	R\$ 4,80	R\$36.000,00
Mousepad	Formato: Ergonômico de neoprene com apoio para o punho de silicone. Parte inferior revestida com silicone antiderrapante. Medidas: 19,1cm. Impressão	600	R\$ 35,77	R\$21.462,00

	com uma cor de base + slogan e logo do CRN-4 coloridos.			
Marcadores de página	Formato: papel couchê 250g de 5x19 cm em frente e verso - já recortados pronto para distribuição.	7.500	R\$ 3,11	R\$23.325,00
Pasta com bolsa	Formato: Aberto 44cm x 42 cm com bolsa com corte arredondado Formato fechado: 22 x 31 cm Cores: 4/0 Papel: Cartão Triplex 250gr, acabamento laminação (frente) fosco, verniz localizado + corte de faca. Com logotipo, endereços, telefones e redes sociais do CRN-4.	6.000	R\$ 3,42	R\$20.520,00
Banners físicos	Banner em lona. Formato: 0,90 x 1,20 m em 380gr e acompanhado com acabamento de bastão e barbante.	10	R\$ 118,30	R\$ 1.183,00
Cartaz	Formato: A3, 4/0 cores, impresso em papel couchê brilho ou fosco 150g. Acabamento: Aplicação de 04 (quatro) fitas dupla face no verso	50	R\$ 3,91	R\$ 195,50
Folder Institucional - Grande (29,7 x 21 cm)	Impressão formato aberto: 29,7 x 21 cm; Formato fechado: 10 x 21 cm; Impressão off-set 4/4 cores; Papel couchê fosco 170g. Acabamento: duas dobras, corte reto, vinco e laminação fosca externa.	4.000	R\$ 2,90	R\$ 11.600,00
Folder Institucional - Médio (20 x 21 cm)	Impressão formato aberto: 20 x 21 cm; Formato fechado: 10 x 21 cm; Impressão off-set 4/4 cores; Papel couchê fosco 170g; Acabamento: uma dobra, corte reto, vinco e laminação fosca externa.	7.500	R\$ 1,01	R\$ 7.575,00
Mini cartilha	Formato aberto: 18cm x 14cm Formato fechado: 9cm x 14cm Aproximadamente 20 páginas + 4 (capa e contracapa). Capa: 4/1, papel couchê brilho 300gr. Miolo: 4/4, offset 90gr. Acabamento com 02 grampos CANOA	1.000	R\$ 18,94	R\$ 18.940,00
Cartilha	Formato aberto: 21 x 29,7 Formato fechado: 14,8 x 21 Aproximadamente 30 páginas + 4 (capa e contracapa). Capa: 4/1, papel couchê brilho 300gr. Miolo: 4/4, offset 90gr. Acabamento com 02 grampos CANOA	800	R\$ 37,91	R\$ 30.328,00
Flyers	Formato: 15 cm x 21 cm Cores: 4/4 Papel: couche brilho 150gr Acabamento: corte reto	7.500	R\$ 0,20	R\$ 1.500,00
Crachá para funcionários e conselheiros	Formato: PVC 0.75mm medindo 5,4x8,6cm, presilha formato jacaré, com cordame 45 cm personalizado.	200	R\$ 14,06	R\$ 2.812,00
Adesivos	Adesivos em Vinil. Formato 6,5x5,8cm; Acabamento com meio corte (corte contorno) para destacar + corte individual.	7.500	R\$ 0,35	R\$ 2.625,00
Crachás para eventos institucionais	Formato 9 x13cm Impressão em papel plantável com sementes de alimentos. Cores 4/0 (impressão em cores só frente) Corte reto com presilha.	3.500	R\$ 4,35	R\$ 15.225,00
Botton niquelado	Resinado, tipo broche, logomarca CRN-4 em alto e baixo relevo, impressão em até 3 cores.	100	R\$ 3,46	R\$ 346,00
Camiseta - Modelo A (Malha PV)	Malha PV: 67% poliéster / 33% viscose; Gramatura: 160 g/m <sup>2</sup> (variação ±5%); Tecnologia anti-pilling; Gola careca com reforço; Cor: preta; Estampa: 4x4 frente / 1x0 costas  Tamanhos: PP, P, M, G, GG, XG; Peso aproximado: 200 g.	200	R\$ 58,18	R\$ 11.636,00
Camiseta - Modelo B (Malha PET)	Material: Malha PET 30.1 ou 50% algodão / 50% poliéster PET nos tamanhos: P, M, G, GG e XG  Medidas: Altura Largura PP 67 39 P 70 45 M 72 52 G 77 56 GG 76 59	200	R\$ 61,44	R\$ 12.288,00

	XG	80		
	71			
Caneta metálica com corpo em cortiça	Carga esferográfica azul 1.0mm Acionamento por clique Clipe metálico, acionador e ponteira metálica. Largura: 1,4 cm Comprimento: 14,2 cm Clip metálico nas cores: 400 unidades prata 400 unidades dourado 400 unidades rose gold Gravação: Silk screen 1 cor Medida aproximada para gravação (CxL): 4 cm x 0,7 cm	1.200	R\$ 7,01	R\$ 8.412,00
Medalha	Medalhas CRN-4, fundidas em liga de chumbo, estanho e antimônio, medindo 7 cm de diâmetro com 4 cm de espessura, rebarbadas e grafadas, banhada através do processo de galvanoplastia com banho de cobre, níquel, latão, oxidação, pintura e verniz, com fita gorgorão com personalização em Silk com 38 mm de largura, com estojo de veludo.	50	R\$ 9,55	R\$ 477,50
Copos de fibras de arroz	Copo de 350ml - Cor: Branco com tampa colorida (laranja, azul, roxo e verde) Gravação: Silk screen em 4 cores de um lado (frente) Caixa de papelão como embalagem e proteção.	5.000	R\$ 8,56	R\$ 42.800,00
Troféu Padrão Acrílico Cristal	Troféu Padrão em Acrílico cristal Grande 20x14cm colorido (4 cores). Base preta 16,5 x 9cm.	100	R\$ 40,37	R\$ 4.037,00
Pin	Metálico com impressão foto resinada.	100	R\$ 16,44	R\$ 1.644,00
Squeeze de metal	Garrafa de alumínio do tipo squeeze, tampa com rosca e bico em PVC cristal atóxico. Capacidade: 500 ml. Aplicação de arte a ser fornecida pelo CRN-4. Impressão a laser.	300	R\$ 27,89	R\$ 8.367,00
Mochila de Nylon USB 21L	Mochila 21l, confeccionada em nylon com compartimento para notebook até 15,6 polegadas. Contém compartimento grande com divisórias para documentos, eletrônicos e caneta, compartimento mediano com abertura vertical, compartimento frontal, bolso lateral e adaptador USB externo com cabo acoplado, permitindo a conexão de um carregador portátil de dentro da mochila e transferência da carga para o lado externo, ocultando o carregador e viabilizando a utilização do celular durante o processo. Contém zíperes com pegadores plásticos, alça de mão em nylon e alças para as costas ajustáveis com revestimento espumado antitranspirante.	100	R\$ 98,02	R\$ 9.802,00
<b>TOTAL:</b>				<b>R\$741.010,00</b>

5.2. Os valores unitários estimados foram obtidos por meio de pesquisa de mercado realizada conforme os critérios previstos na legislação aplicável, servindo como referência para a aceitabilidade das propostas.

5.3. Os quantitativos constantes deste Termo de Referência representam os quantitativos máximos estimados para eventual contratação durante a vigência da Ata de Registro de Preços, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração.

5.4. Os pedidos serão realizados de acordo com a necessidade do CRN-4, observando-se a conveniência administrativa e, sempre que possível, a viabilidade econômica da produção gráfica.

5.5. O licitante deverá apresentar proposta contemplando a totalidade dos itens e quantitativos estimados do grupo, não sendo admitidas propostas parciais.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para atendimento dos requisitos da contratação, é necessário que a licitante apresente:

6.1.1. Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público, ou privado, que comprove a prestação de serviço gráfico em características, quantidades mínimas e prazos compatíveis com o objeto.

6.1.2. Portfólio de serviços produzidos e/ou empresas atendidas.

6.1.3. Declaração de que possui estrutura e pessoal com as qualificações e a quantidade necessárias para o atendimento do objeto.

6.2. Será necessário que a empresa atenda a integralidade dos documentos de habilitação previstos no instrumento convocatório.

6.3. Não será exigida garantia contratual para a presente contratação, considerando a natureza do objeto e o baixo risco associado à execução contratual.

## **7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. Assinado o contrato, será realizada reunião de alinhamento, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do início da vigência contratual.

7.2. Os prazos de entrega para os itens são de até 10 (dez) dias úteis, contados do envio formal da ordem de compra, por meio de e-mail institucional ou sistema eletrônico oficial adotado pelo CRN-4.

7.2.1. Os prazos poderão ser ajustados em situações excepcionais, considerando a complexidade do pedido, desde que:

I - Haja solicitação formal e justificada da contratada;

II - a solicitação ocorra antes do vencimento do prazo original;

III - haja autorização expressa e fundamentada do fiscal do contrato.

7.2.2. Para itens que demandem qualidade especial, a contratada deverá apresentar prova digital ou física para aprovação do CRN-4 antes do início da produção em escala. O setor responsável terá prazo de até 03 (três) dias úteis para análise e manifestação quanto à aprovação das provas apresentadas.

7.2.3. As entregas ocorrerão nos endereços das sedes do CRN-4, conforme descrito no pedido. As entregas deverão ocorrer em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 10h às 17h. Excepcionalmente, mediante solicitação formal do CRN-4, poderão ocorrer entregas aos sábados, previamente agendadas.

7.2.4. Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo e a assinatura do servidor do CRN-4 responsável pelo recebimento.

7.3. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega dos bens, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações solicitadas, mediante atesto no sistema eletrônico do CRN-4, realizado pelo servidor responsável pelo recebimento.

7.4. Nos casos em que os produtos entregues não atendam aos padrões definidos, caberá a detentora providenciar a imediata troca destes, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação do CRN-4, sujeitando-se, na inobservância, às penalidades previstas no ato convocatório.

7.4.1. O prazo fixado no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que:

7.4.2. Seja solicitado pela interessada, antes do vencimento do primeiro prazo;

7.4.3. Ocorra motivo justificado aceito pelo CRN-4.

7.5. A substituição de materiais somente será admitida em caráter excepcional, mediante justificativa técnica formal da contratada, desde que sejam mantidas integralmente as especificações, qualidade, funcionalidade, acabamento e características essenciais do objeto originalmente contratado, sem alteração do objeto lícito e sem prejuízo à isonomia do certame, condicionada à prévia aprovação formal do CRN-4.

## **8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.1. Será designado pela Diretoria do CRN-4 colaborador dos seus quadros para exercer a gestão da(s) Ata(s) de Registro de Preços e a fiscalização do contrato que decorrerem deste documento.

## **9. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO**

9.1. Os pagamentos serão realizados através de boleto bancário ou depósito em conta corrente até 20 (vinte) dias corridos após o recebimento definitivo dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

9.1.1. Constatada qualquer divergência ou irregularidade na documentação apresentada, esta será devolvida à Contratada para as devidas providências, ficando suspenso o prazo para pagamento até a reapresentação da documentação devidamente regularizada.

9.1.2. As notas fiscais deverão ser emitidas conforme as determinações da Lei Federal 9.340/1996 e da IN da SRF 1234/2012.

9.2. Será realizada a retenção dos tributos para pagamento direto aos órgãos competentes, conforme a legislação pertinente, com exceção das empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

## **10. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**

10.1. Serão aceitas somente as propostas que contemplem todos os itens do grupo, respeitando os valores determinados para cada item.

10.1.1. No valor da proposta deverão constar todos os custos e despesas diretas e indiretas envolvidas na operação, tais como fretes, tributos, taxas.

10.2. O critério de seleção da proposta será o menor valor do grupo.

10.3. Não serão aceitas propostas com valores unitários ou global superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

10.3.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na aquisição são coerentes com os de mercado deste objeto.

10.3.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, através dos seguintes procedimentos:

10.3.2.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

10.3.2.2. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

10.3.2.3. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

10.3.2.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

10.3.2.5. Estudos setoriais;

10.3.2.6. Demais verificações que por ventura se fizerem necessárias.

10.4. A empresa deverá atender os critérios de habilitação previstos nos Arts 62 a 70, da Lei 14.133/21, além dos critérios de qualificação técnica previstos no item 6 deste Termo de Referência.

## **11. DOS VALORES ESTIMADOS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

11.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 741.010,00, apurado por meio de pesquisa de mercado realizada nos autos do processo.

11.2. Os valores estimados estão previstos no orçamento anual do CRN-4, nas respectivas contas contábeis.

11.3. Não serão admitidos preços distintos para um mesmo item ou grupo, uma vez que as condições de fornecimento, especificações técnicas, forma de acondicionamento e locais de entrega apresentam características homogêneas, inexistindo justificativa técnica para adoção de preços diferenciados, nos termos do art. 15, inciso III, do Decreto nº 11.462/2023.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado.

12.2. Sustar qualquer fornecimento que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida for necessária.

12.3. Aplicar as penalidades previstas, na hipótese de a detentora não cumprir o compromisso assumido, mantidas as situações normais, arcando a empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar ao CRN-4.

12.4. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Entregar os materiais registrados embalados adequadamente, nas quantidades especificadas, até 10 (dez) dias úteis após a requisição do CRN-4;

13.2. Substituir os materiais entregues com eventuais defeitos de confecção ou fabricação ou que apresentar adulteração da qualidade ou sofrer eventual alteração de suas características, quando não corresponderem às especificações da Ata de Registro de Preços. As substituições serão feitas no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação do CRN-4, sujeitando-se, na inobservância, às penalidades previstas neste Termo de Referência;

13.3. Apresentar amostras para dirimir dúvidas quanto ao atendimento das especificações e da qualidade do produto;

13.4. Cumprir fielmente as condições constantes neste documento;

13.5. Manter as condições de habilitação previstas neste documento durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

## **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Considerando se tratar de prática de mercado, conforme depreende-se do histórico de contratações do CRN-4, assim como das pesquisas realizadas, é permitida a subcontratação, desde que a subcontratada atenda aos requisitos de habilitação, e a gestão dos seus serviços fique totalmente a cargo da contratada.

14.2. A subcontratação não exime a contratada da responsabilidade integral pela execução contratual.

## **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. O LICITANTE ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações abaixo relacionadas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços

públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Conforme previsão do art. 156 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as sanções abaixo relacionadas, ressaltando que a aplicação destas serão precedidas do devido processo legal, garantidos a ampla defesa e o contraditório:

I - Advertência;

II - Multas;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 15.1. deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.2. A sanção prevista no inciso II será calculada conforme a seguinte gradação:

15.2.2.1. 5%, do valor do contrato decorrente da Ata, para atrasos até 03 (três dias);

15.2.2.2. 10%, do valor do contrato decorrente da Ata, para atrasos entre 4 e 7 dias úteis;

15.2.2.3. 15%, do valor do contrato decorrente da Ata, para atrasos entre 8 e 12 dias úteis;

15.2.2.4. 20%, do valor do contrato decorrente da Ata, para atrasos entre 13 e 15 dias úteis;

15.2.2.5. 25%, do valor do contrato decorrente da Ata, para atrasos entre 16 e 21 dias úteis;

15.2.2.6. 30%, do valor do contrato decorrente da Ata, para atrasos superiores a 21 dias úteis;

15.2.3. A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar com o CRN-4, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.2.4. A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.3. deste Edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.5. A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

15.2.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

15.2.6.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.7. A aplicação das sanções previstas no item 15.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.8. Na aplicação da sanção prevista no inciso II será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.9. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais empregados estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.9.1. Nos casos em que não houver disponibilidade de empregados públicos em número suficiente para a formação da Comissão, esta poderá ser formada por empregados comissionados.

15.2.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.10.1. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

15.2.11. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

15.2.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

15.2.13. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.2.14. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

15.2.15. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

15.2.15.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

15.2.16. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

15.2.16.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão das circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente DA CONTRATANTE, e desde que formuladas até a data do vencimento estipulada para o cumprimento da obrigação.

15.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.5.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

15.5.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao CRN-4, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **16. DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO, ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.1. Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

16.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, oriunda da presente contratação, será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde



que comprovado o preço vantajoso.

16.1.2.O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser alterado pelo disposto no art. 124 da referida lei.

16.2. Das condições para alteração ou atualização dos preços registrados

16.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021.

16.3. Da negociação dos preços registrados

16.3.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

16.3.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

16.3.3. Na hipótese prevista acima, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º, do art. 28, do Decreto nº 11.462/2023.

16.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29, do Decreto nº 11.462/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

16.3.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35, do Decreto nº 11.462/2023.

16.3.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

16.3.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

16.3.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 28, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

16.3.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto acima, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º, do art. 18, do Decreto nº 11.462/2023.

16.3.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29, do Decreto nº 11.462/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

16.3.11. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no § 1º, do art. 27, do Decreto nº 11.462/2023, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

16.3.12. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 35, do Decreto nº 11.462/2023.

16.4. Do cancelamento do registro do fornecedor

16.4.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27, do Decreto nº 11.462/2023; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4.2. Na hipótese prevista no inciso IV acima, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

16.4.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas acima será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

16.4.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

16.5. Do cancelamento dos preços registrados

16.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27, do Decreto nº 11.462/2023.

## **17. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

17.1.1. O remanejamento somente será feito:

I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

17.2. O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

17.3. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462/2023.

17.4. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

17.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

17.6. Na hipótese de compra centralizada, caso não haja indicação, pelo órgão gerenciador, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do disposto no § 2º, do art. 30, do Decreto nº 11.462/2023, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada ocorrerá por meio de remanejamento.

17.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

## **18. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

18.1. Em conformidade com o Decreto 11.462/2023, o registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

18.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

18.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

18.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto 11.462/2023;

18.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

18.2.1. Por razão de interesse público;

18.2.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

18.2.3. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 Decreto 11.462/2023.

## **19. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

19.1. Regra geral

19.1.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e

III - consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

19.1.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

19.1.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

19.1.4. Esse prazo poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

19.1.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos anteriormente.

19.2. Limites para as adesões

19.2.1 Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19.2.2. Para aquisição emergencial de medicamentos e de material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite do inciso II acima.

19.2.3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o inciso II acima, desde que:

I - seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal; e

II - seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

19.3. Vedações

19.3.1. Fica vedada aos órgãos e às entidades da Administração Pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

## **20. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

20.1. Constituem motivos para a extinção do contrato:

20.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

20.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

20.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

20.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

20.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impositivos da execução do contrato;

20.1.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

20.1.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

20.1.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

20.1.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

20.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

20.2.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/21;

20.2.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

20.2.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

20.2.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

20.2.5. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

20.3. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos 20.2.2., 20.2.3. e 20.2.4. observarão as seguintes

disposições:

20.3.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

20.3.2. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/21.

20.4. A extinção do contrato poderá ser:

20.4.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

20.4.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

20.4.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

20.5. A extinção do contrato seguirá o rito do Artigo 139 da Lei 14.133/21.

Rio de Janeiro-RJ, 25 de junho de 2026.

**Laira de Moraes Rocha**  
**Coordenadora de Comunicação**

## **ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026**

**OBJETO:** Prestação de serviços gráficos para diagramação, impressão e acabamento de materiais gráficos institucionais, sob a forma de Sistema de Registro de Preços.

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ Nº:

INSC. ESTADUAL Nº:

INSC. MUNICIPAL Nº:

TELEFONE:

E-MAIL:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Caderno Institucional	Caderno tamanho 14x20 cm; acabamento em wire-o branco; capa dura em couche 17g/m2 com laminação fosca e com relevo - 3 cores; contracapa dura em couche 17g/m2 com laminação fosca e com relevo - 3 cores ; 3 páginas coloridas frente e verso (dados pessoais e calendários) com papel AP 75g; 3 páginas frente e verso avulsas coloridas no papel couchê brilhoso; miolo em 236 páginas frente e verso com folhas em 1x1 cor - P&B (páginas iguais) brancas e pautadas com papel AP 75g; rodapé com informações que constam na arte e cabeçalho com campo de preencher data conforme a arte.	3.000		
Ecobag	Ecobag de algodão com alças costuradas na parte interna - alças de 27cm - sacola:42x43x10cm - inclui até 5 cores de personalização do logo, em silk screen. Código 40831XB.	5.000		
Caneta	Caneta metálica com suporte para celular, ponteira touch screen e limpador de tela.	3.500		

	Carga esferográfica azul e acionamento por clique - Incluso gravação a laser. Código 98531XB, corpo na cor branca, arte colorida.			
Caneta	Caneta metálica com suporte para celular, ponteira touch screen e limpador de tela. Carga esferográfica azul e acionamento por clique - Incluso gravação a laser. Código 98531XB, corpo na cor prata, arte colorida.	3.500		
Bloco com papel timbrado	Formato: 14cm x 21cm Cor: 4/0 Com logotipo do CRN-4, endereço, mapas da jurisdição e redes sociais com slogan. Acabamento: Papel off set 90 gr, 50 páginas - 1 via, colado.	7.000		
Botton	Formato: medidas 45mm x 45mm. Material chapa de alumínio frontal, traseira de PVC. Base plásticas (PVC) com alfinete de metal. Tampa interna em alumínio. Película poliéster sobre impressão a laser de alta qualidade.	7.500		
Mousepad	Formato: Ergonômico de neoprene com apoio para o punho de silicone. Parte inferior revestida com silicone antiderrapante. Medidas: 19,1cm. Impressão com uma cor de base + slogan e logo do CRN-4 coloridos.	600		
Marcadores de página	Formato: papel couchê 250g de 5x19 cm em frente e verso - já recortados pronto para distribuição.	7.500		
Pasta com bolsa	Formato: Aberto 44cm x 42 cm com bolsa com corte arredondado Formato fechado: 22 x 31 cm Cores: 4/0 Papel: Cartão Triplex 250gr, acabamento laminação (frente) fosco, verniz localizado + corte de faca. Com logotipo, endereços, telefones e redes sociais do CRN-4.	6.000		
Banners físicos	Banner em lona. Formato: 0,90 x 1,20 m em 380gr e acompanhado com acabamento de bastão e barbante.	10		
Cartaz	Formato: A3, 4/0 cores, impresso em papel couchê brilho ou fosco 150g. Acabamento: Aplicação de 04 (quatro) fitas dupla face no verso	50		
Folder Institucional - Grande (29,7 x 21 cm)	Impressão formato aberto: 29,7 x 21 cm; Formato fechado: 10 x 21 cm; Impressão off-set 4/4 cores; Papel couchê fosco 170g. Acabamento: duas dobras, corte reto, vinco e laminação fosca externa.	4.000		
Folder Institucional - Médio (20 x 21 cm)	Impressão formato aberto: 20 x 21 cm; Formato fechado: 10 x 21 cm; Impressão off-set 4/4 cores; Papel couchê fosco 170g; Acabamento: uma dobra, corte reto, vinco e laminação fosca externa.	7.500		
Mini cartilha	Formato aberto: 18cm x 14cm Formato fechado: 9cm x 14cm Aproximadamente 20 páginas + 4 (capa e contracapa). Capa: 4/1, papel couchê brilho 300gr. Miolo: 4/4, offset 90gr. Acabamento com 02 grampos CANOA	1.000		
Cartilha	Formato aberto: 21 x 29,7 Formato fechado: 14,8 x 21 Aproximadamente 30 páginas + 4 (capa e contracapa). Capa: 4/1, papel couchê brilho 300gr. Miolo: 4/4, offset 90gr. Acabamento com 02 grampos CANOA	800		
Flyers	Formato: 15 cm x 21 cm Cores: 4/4 Papel: couche brilho 150gr Acabamento: corte reto	7.500		
Crachá para funcionários e conselheiros	Formato: PVC 0.75mm medindo 5,4x8,6cm, presilha formato jacaré, com cordame 45 cm personalizado.	200		
Adesivos	Adesivos em Vinil. Formato 6,5x5,8cm; Acabamento com meio corte (corte contorno) para destacar + corte individual.	7.500		
Crachás para eventos institucionais	Formato 9 x13cm Impressão em papel plantável com sementes de alimentos. Cores 4/0 (impressão em cores só frente) Corte reto com presilha.	3.500		
Botton niquelado	Resinado, tipo broche, logomarca CRN-4 em alto e baixo relevo, impressão em até 3 cores.	100		
Camiseta -	Malha PV: 67% poliéster / 33% viscose;	200		

Modelo A (Malha PV)	Gramatura: 160 g/m <sup>2</sup> (variação ±5%); Tecnologia anti-pilling; Gola careca com reforço; Cor: preta; Estampa: 4x4 frente / 1x0 costas  Tamanhos: PP, P, M, G, GG, XG; Peso aproximado: 200 g.			
Camiseta - Modelo B (Malha PET)	Material: Malha PET 30.1 ou 50% algodão / 50% poliéster PET nos tamanhos: P, M, G, GG e XG  Medidas: Altura Largura PP 67 39 P 70 45 M 72 52 G 77 56 GG 76 59 XG 80 71	200		
Caneta metálica com corpo em cortiça	Carga esferográfica azul 1.0mm Acionamento por clique Clipe metálico, acionador e ponteira metálica. Largura: 1,4 cm Comprimento: 14,2 cm Clip metálico nas cores: 400 unidades prata 400 unidades dourado 400 unidades rose gold Gravação: Silk screen 1 cor Medida aproximada para gravação (CxL): 4 cm x 0,7 cm	1.200		
Medalha	Medalhas CRN-4, fundidas em liga de chumbo, estanho e antimônio, medindo 7 cm de diâmetro com 4 cm de espessura, rebarbadas e grafadas, banhada através do processo de galvanoplastia com banho de cobre, níquel, latão, oxidação, pintura e verniz, com fita gorgorão com personalização em Silk com 38 mm de largura, com estojo de veludo.	50		
Copos de fibras de arroz	Copo de 350ml - Cor: Branco com tampa colorida (laranja, azul, roxo e verde) Gravação: Silk screen em 4 cores de um lado (frente) Caixa de papelão como embalagem e proteção.	5.000		
Troféu Padrão Acrílico Cristal	Troféu Padrão em Acrílico cristal Grande 20x14cm colorido (4 cores). Base preta 16,5 x 9cm.	100		
Pin	Metálico com impressão foto resinada.	100		
Squeeze de metal	Garrafa de alumínio do tipo squeeze, tampa com rosca e bico em PVC cristal atóxico. Capacidade: 500 ml. Aplicação de arte a ser fornecida pelo CRN-4. Impressão a laser.	300		
Mochila de Nylon USB 21L	Mochila 21l, confeccionada em nylon com compartimento para notebook até 15,6 polegadas. Contém compartimento grande com divisórias para documentos, eletrônicos e caneta, compartimento mediano com abertura vertical, compartimento frontal, bolso lateral e adaptador USB externo com cabo acoplado, permitindo a conexão de um carregador portátil de dentro da mochila e transferência da carga para o lado externo, ocultando o carregador e viabilizando a utilização do celular durante o processo. Contém zíperes com pegadores plásticos, alça de mão em nylon e alças para as costas ajustáveis com revestimento espumado antitranspirante.	100		
<b>TOTAL:</b>				

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).

VALIDADE DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_ (quantidade por extenso) dias, contados da data da sua apresentação.

\*Prazo de validade mínimo de: 60 (sessenta) dias.

1. Declaramos que:

1.1. Nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/na prestação dos serviços.

1.2. Os serviços ofertados atenderão a todas as exigências do Edital respectivo, em especial as do Termo de Referência Anexo I.

Cidade, \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável legal pela empresa  
RG e CPF do responsável  
Cargo do responsável

(Se for procurar, deverá comprovar mediante procuração)

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXXXXXXX  
Processo nº XXXXXXXX

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 4ª REGIÃO E A EMPRESA\_\_\_\_\_.

O **CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 4ª REGIÃO - CRN4**, Autarquia Federal instituída pela Lei nº 6.583/78 e Decreto nº 84.444/80, inscrita no CNPJ nº 30.892.350/0001-70 com sede na Avenida Rio Branco, nº 173, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado por seu(ua) Presidente, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, e de seu(ua) Conselheiro(a) Tesoureiro(a), Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF sob o número \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Contrato, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS NORMAS DE REGÊNCIA E DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

- 1.1. O presente contrato rege-se pela Lei nº 14.133/2021.
- 1.2. O presente contrato fundamenta-se:
- I - Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:
- a) Constem no Processo Administrativo CRN-4 nº XXXXXXXXXXXXX;
  - b) Constem no Edital do Pregão CRN-4 nº 90007/2026;
  - c) Não contrariem o interesse público.
- II - Nos preceitos do direito público.
- III - Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

- 2.1. Prestação de serviços gráficos, sob demanda, para diagramação, impressão e acabamento de materiais institucionais.
- 2.2 Os serviços a serem prestados devem compreender:

Item	Descrição	Quantidade
Caderno Institucional	Caderno tamanho 14x20 cm; acabamento em wire-o branco; capa dura em couche 17g/m2 com laminação fosca e com relevo - 3 cores; contracapa dura em couche 17g/m2 com laminação fosca e com relevo - 3 cores ; 3 páginas coloridas frente e verso (dados pessoais e calendários) com papel AP 75g; 3 páginas frente e verso avulsas coloridas no papel couchê brilhoso; miolo em 236 páginas frente e verso com folhas em 1x1 cor - P&B (páginas iguais), brancas e	3.000

	pautadas com papel AP 75g; rodapé com informações que constam na arte e cabeçalho com campo de preencher data conforme a arte.	
Ecobag	Ecobag de algodão com alças costuradas na parte interna - alças de 27cm - sacola:42x43x10cm - inclui até 5 cores de personalização do logo, em silk screen. Código 40831XB.	5.000
Caneta	Caneta metálica com suporte para celular, ponteira touch screen e limpador de tela. Carga esferográfica azul e acionamento por clique - Incluso gravação a laser. Código 98531XB, corpo na cor branca, arte colorida.	3.500
Caneta	Caneta metálica com suporte para celular, ponteira touch screen e limpador de tela. Carga esferográfica azul e acionamento por clique - Incluso gravação a laser. Código 98531XB, corpo na cor prata, arte colorida.	3.500
Bloco com papel timbrado	Formato: 14cm x 21cm Cor: 4/0 Com logotipo do CRN-4, endereço, mapas da jurisdição e redes sociais com slogan. Acabamento: Papel off set 90 gr, 50 páginas - 1 via, colado.	7.000
Botton	Formato: medidas 45mm x 45mm. Material chapa de alumínio frontal, traseira de PVC. Base plásticas (PVC) com alfinete de metal. Tampa interna em alumínio. Película poliéster sobre impressão a laser de alta qualidade.	7.500
Mousepad	Formato: Ergonômico de neoprene com apoio para o punho de silicone. Parte inferior revestida com silicone antiderrapante. Medidas: 19,1cm. Impressão com uma cor de base + slogan e logo do CRN-4 coloridos.	600
Marcadores de página	Formato: papel couchê 250g de 5x19 cm em frente e verso - já recortados pronto para distribuição.	7.500
Pasta com bolsa	Formato: Aberto 44cm x 42 cm com bolsa com corte arredondado Formato fechado: 22 x 31 cm Cores: 4/0 Papel: Cartão Triplex 250gr, acabamento laminação (frente) fosco, verniz localizado + corte de faca. Com logotipo, endereços, telefones e redes sociais do CRN-4.	6.000
Banners físicos	Banner em lona. Formato: 0,90 x 1,20 m em 380gr e acompanhado com acabamento de bastão e barbante.	10
Cartaz	Formato: A3, 4/0 cores, impresso em papel couchê brilho ou fosco 150g. Acabamento: Aplicação de 04 (quatro) fitas dupla face no verso	50
Folder Institucional - Grande (29,7 x 21 cm)	Impressão formato aberto: 29,7 x 21 cm; Formato fechado: 10 x 21 cm; Impressão off-set 4/4 cores; Papel couchê fosco 170g. Acabamento: duas dobras, corte reto, vinco e laminação fosca externa.	4.000
Folder Institucional - Médio (20 x 21 cm)	Impressão formato aberto: 20 x 21 cm; Formato fechado: 10 x 21 cm; Impressão off-set 4/4 cores; Papel couchê fosco 170g; Acabamento: uma dobra, corte reto, vinco e laminação fosca externa.	7.500
Mini cartilha	Formato aberto: 18cm x 14cm Formato fechado: 9cm x 14cm Aproximadamente 20 páginas + 4 (capa e contracapa). Capa: 4/1, papel couchê brilho 300gr. Miolo: 4/4, offset 90gr. Acabamento com 02 grampos CANOA	1.000
Cartilha	Formato aberto: 21 x 29,7 Formato fechado: 14,8 x 21 Aproximadamente 30 páginas + 4 (capa e contracapa). Capa: 4/1, papel couchê brilho 300gr. Miolo: 4/4, offset 90gr. Acabamento com 02 grampos CANOA	800
Flyers	Formato: 15 cm x 21 cm Cores: 4/4 Papel: couche brilho 150gr Acabamento: corte reto	7.500
Crachá para funcionários e conselheiros	Formato: PVC 0.75mm medindo 5,4x8,6cm, presilha formato jacaré, com cordame 45 cm personalizado.	200
Adesivos	Adesivos em Vinil. Formato 6,5x5,8cm; Acabamento com meio corte (corte contorno) para destacar + corte individual.	7.500
Crachás para eventos institucionais	Formato 9 x13cm Impressão em papel plantável com sementes de alimentos. Cores 4/0 (impressão em cores só frente) Corte reto com presilha.	3.500
Botton niquelado	Resinado, tipo broche, logomarca CRN-4 em alto e baixo relevo, impressão em até 3 cores.	100
Camiseta - Modelo A (Malha PV)	Malha PV: 67% poliéster / 33% viscose; Gramatura: 160 g/m <sup>2</sup> (variação ±5%); Tecnologia anti-pilling; Gola careca com reforço; Cor: preta; Estampa: 4x4 frente / 1x0 costas  Tamanhos: PP, P, M, G, GG, XG; Peso aproximado: 200 g.	200
Camiseta - Modelo B (Malha PET)	Material: Malha PET 30.1 ou 50% algodão / 50% poliéster PET nos tamanhos: P, M, G, GG e XG	200



	Medidas: Altura Largura PP 67 39 P 70 45 M 72 52 G 77 56 GG 76 59 XG 80 71	
Caneta metálica com corpo em cortiça	Carga esferográfica azul 1.0mm Acionamento por clique Clipe metálico, acionador e ponteira metálica. Largura: 1,4 cm Comprimento: 14,2 cm Clip metálico nas cores: 400 unidades prata 400 unidades dourado 400 unidades rose gold Gravação: Silk screen 1 cor Medida aproximada para gravação (CxL): 4 cm x 0,7 cm	1.200
Medalha	Medalhas CRN-4, fundidas em liga de chumbo, estanho e antimônio, medindo 7 cm de diâmetro com 4 cm de espessura, rebarbadas e grafadas, banhada através do processo de galvanoplastia com banho de cobre, níquel, latão, oxidação, pintura e verniz, com fita gorgorão com personalização em Silk com 38 mm de largura, com estojo de veludo.	50
Copos de fibras de arroz	Copo de 350ml - Cor: Branco com tampa colorida (laranja, azul, roxo e verde) Gravação: Silk screen em 4 cores de um lado (frente) Caixa de papelão como embalagem e proteção.	5.000
Troféu Padrão Acrílico Cristal	Troféu Padrão em Acrílico cristal Grande 20x14cm colorido (4 cores). Base preta 16,5 x 9cm.	100
Pin	Metálico com impressão foto resinada.	100
Squeeze de metal	Garrafa de alumínio do tipo squeeze, tampa com rosca e bico em PVC cristal atóxico. Capacidade: 500 ml. Aplicação de arte a ser fornecida pelo CRN-4. Impressão a laser.	300
Mochila de Nylon USB 21L	Mochila 21l, confeccionada em nylon com compartimento para notebook até 15,6 polegadas. Contém compartimento grande com divisórias para documentos, eletrônicos e caneta, compartimento mediano com abertura vertical, compartimento frontal, bolso lateral e adaptador USB externo com cabo acoplado, permitindo a conexão de um carregador portátil de dentro da mochila e transferência da carga para o lado externo, ocultando o carregador e viabilizando a utilização do celular durante o processo. Contém zíperes com pegadores plásticos, alça de mão em nylon e alças para as costas ajustáveis com revestimento espumado antitranspirante.	100
<b>TOTAL:</b>		

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

3.1. A Contratada compromete-se a zelar pela manutenção do sigilo de todos os documentos, e informações e dados pessoais de pessoas físicas (inclusive dados pessoais sensíveis) recebidos do CRN-4, bem como de seu conteúdo, vedada a divulgação dos mesmos a terceiros, fazendo com que seus sócios, empresas filiadas, administradores, prepostos, empregados e/ou quaisquer outras pessoas sob sua responsabilidade (direta ou indireta) mantenham também o mesmo sigilo, salvo quando expressamente autorizada por este Conselho.

3.2. Serão tratados confidencialmente todas as informações e documentos recebidos do CRN-4 pelo Contratado. Neste sentido, quaisquer contatos, divulgação de informações sobre o seu conteúdo a terceiros, será objeto de multa a ser paga pelo contratado ao CRN4 em valor equivalente a 10 (dez) vezes o valor pago pela Autarquia para a prestação dos serviços, objeto deste contrato.

3.3. A Contratada declara que, na execução do presente contrato, tem acesso e trata dados pessoais de pessoas físicas, o que pode incluir "dados pessoais sensíveis". Logo, além disso, reconhece expressamente que, quanto ao tratamento desses dados, toma decisões essenciais e próprias para essa finalidade quanto ao tratamento desses dados.

3.4. A Contratada se compromete a executar o objeto do presente contrato de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) e declara que adota meios técnicos e administrativos suficientes a proteger os dados pessoais a que venha a ter acesso no decorrer da execução do presente contrato, garantindo que estes não sejam registrados, divulgados, processados, excluídos, perdidos, danificados, alterados, utilizados ou adulterados de maneira não autorizada, acidental ou ilegal.

3.5. A Contratada não poderá utilizar os dados pessoais, especialmente os dados pessoais sensíveis a que venha a ter acesso, para fins distintos do objeto do presente contrato, bem como não os poderá transmitir a terceiros, exceto se autorizado expressamente pelo titular dos dados ou nos casos em que assim lhe for imposto pela legislação e/ou para fins de cumprimento de ordem judicial, independentemente do dever de sigilo do item 3.1., acima.

3.6. Após o término da vigência deste contrato, a Contratada deverá, a critério do CRN-4, eliminar de seus registros todos os dados pessoais a que venha a ter acesso, devendo evidenciar a referida eliminação, exceto se autorizado expressamente pelo titular dos dados ou nos casos em que assim lhe for imposto pela legislação e/ou para fins de

cumprimento de ordem judicial.

3.7. Sem prejuízo da comunicação ao órgão ou entidade competente, a Contratada notificará imediatamente o CRN-4, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, nos casos de:

(i) identificação ou suspeita de qualquer incidente de dados (eventos de acesso ou divulgação não autorizada de dados pessoais e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados pessoais);

(ii) qualquer reclamação relacionada ao tratamento de dados pessoais, incluindo alegações de que o tratamento viola os direitos de um titular de dados de acordo com a lei aplicável; ou

(iii) qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa, que tenha por objetivo solicitar a divulgação ou bloqueio de dados pessoais.

3.8. A Contratada se obriga a indenizar, defender e manter imune o CRN-4 e seus dirigentes contra quaisquer perdas e danos, prejuízos, custos, honorários advocatícios (e de outros especialistas, incluindo peritos), depósitos judiciais, penalidades e multas, inclusive no contexto de eventuais reclamações, demandas e processos administrativos, judiciais ou arbitrais movido pelos titulares de Dados Pessoais, por autoridades governamentais ou por quaisquer terceiros que resultarem, direta ou indiretamente, de:

(i) qualquer falsidade, omissão, erro, incompletude, violação ou inexatidão nas declarações e garantias prestadas pela Contratada neste contrato com relação aos Dados Pessoais

(ii) inadimplemento de qualquer obrigação com relação ao tratamento de Dados Pessoais prevista neste contrato e/ou

(iii) qualquer ação ou omissão dolosa, culposa ou de má-fé da que descumpra a Lei aplicável à proteção dos Dados Pessoais inclusive e principalmente no caso de vazamento de dados por qualquer motivo.

3.9 Qualquer violação das obrigações, declarações e garantias estipuladas neste contrato será considerada uma violação grave de modo que o CRN-4 poderá, a depender da gravidade e a seu exclusivo critério:

i) aplicar as penalidades previstas na cláusula décima primeira, abaixo,

ii) suspender/paralisar/interditar atividades com justa causa até satisfatória regularização, inclusive, nesta hipótese, com retenção de pagamentos e independentemente do cumprimento do cronograma das atividades em execução ou,

iii) rescindir o contrato na forma da cláusula décima segunda, abaixo.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do Contrato é 12 (doze) meses, contados entre \_\_/\_\_/\_\_ e \_\_/\_\_/\_\_, podendo este prazo ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/21.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Para a execução do objeto deste contrato, conforme consta na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a quantia máxima de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Caderno Institucional	Caderno tamanho 14x20 cm; acabamento em wire- branco; capa dura em couche 17g/m2 com laminação fosca e com relevo - 3 cores; contracapa dura em couche 17g/m2 com laminação fosca e com relevo - 3 cores ; 3 páginas coloridas frente e verso (dados pessoais e calendários) com papel AP 75g; 3 páginas frente e verso avulsas coloridas no papel couchê brilhoso; miolo em 236 páginas frente e verso com folhas em 1x1 cor - P&B (páginas iguais) brancas e pautadas com papel AP 75g; rodapé com informações que constam na arte e cabeçalho com campo de preencher data conforme a arte.	3.000		
Ecobag	Ecobag de algodão com alças costuradas na parte interna - alças de 27cm - sacola:42x43x10cm - inclui até 5 cores de personalização do logo, em silk screen. Código 40831XB.	5.000		
Caneta	Caneta metálica com suporte para celular, ponteira touch screen e limpador de tela. Carga esferográfica azul e acionamento por clique - Incluso gravação a laser. Código 98531XB, corpo na cor branca, arte colorida.	3.500		
Caneta	Caneta metálica com suporte para celular, ponteira touch screen e limpador de tela. Carga esferográfica azul e acionamento por clique - Incluso gravação a laser. Código 98531XB, corpo na cor prata, arte colorida.	3.500		
Bloco com papel timbrado	Formato: 14cm x 21cm Cor: 4/0 Com logotipo do CRN-4, endereço, mapas da jurisdição e redes	7.000		

	sociais com slogan. Acabamento: Papel off set 90 gr, 50 páginas - 1 via, colado.			
Botton	Formato: medidas 45mm x 45mm. Material chapa de alumínio frontal, traseira de PVC. Base plásticas (PVC) com alfinete de metal. Tampa interna em alumínio. Película poliéster sobre impressão a laser de alta qualidade.	7.500		
Mousepad	Formato: Ergonômico de neoprene com apoio para o punho de silicone. Parte inferior revestida com silicone antiderrapante. Medidas: 19,1cm. Impressão com uma cor de base + slogan e logo do CRN-4 coloridos.	600		
Marcadores de página	Formato: papel couchê 250g de 5x19 cm em frente e verso - já recortados pronto para distribuição.	7.500		
Pasta com bolsa	Formato: Aberto 44cm x 42 cm com bolsa com corte arredondado Formato fechado: 22 x 31 cm Cores: 4/0 Papel: Cartão Triplex 250gr, acabamento laminação (frente) fosco, verniz localizado + corte de faca. Com logotipo, endereços, telefones e redes sociais do CRN-4.	6.000		
Banners físicos	Banner em lona. Formato: 0,90 x 1,20 m em 380gr e acompanhado com acabamento de bastão e barbante.	10		
Cartaz	Formato: A3, 4/0 cores, impresso em papel couchê brilho ou fosco 150g. Acabamento: Aplicação de 04 (quatro) fitas dupla face no verso	50		
Folder Institucional - Grande (29,7 x 21 cm)	Impressão formato aberto: 29,7 x 21 cm; Formato fechado: 10 x 21 cm; Impressão off-set 4/4 cores; Papel couchê fosco 170g. Acabamento: duas dobras, corte reto, vinco e laminação fosca externa.	4.000		
Folder Institucional - Médio (20 x 21 cm)	Impressão formato aberto: 20 x 21 cm; Formato fechado: 10 x 21 cm; Impressão off-set 4/4 cores; Papel couchê fosco 170g; Acabamento: uma dobra, corte reto, vinco e laminação fosca externa.	7.500		
Mini cartilha	Formato aberto: 18cm x 14cm Formato fechado: 9cm x 14cm Aproximadamente 20 páginas + 4 (capa e contracapa). Capa: 4/1, papel couché brilho 300gr. Miolo: 4/4, offset 90gr. Acabamento com 02 grampos CANOA	1.000		
Cartilha	Formato aberto: 21 x 29,7 Formato fechado: 14,8 x 21 Aproximadamente 30 páginas + 4 (capa e contracapa). Capa: 4/1, papel couché brilho 300gr. Miolo: 4/4, offset 90gr. Acabamento com 02 grampos CANOA	800		
Flyers	Formato: 15 cm x 21 cm Cores: 4/4 Papel: couche brilho 150gr Acabamento: corte reto	7.500		
Crachá para funcionários e conselheiros	Formato: PVC 0.75mm medindo 5,4x8,6cm, presilha formato jacaré, com cordame 45 cm personalizado.	200		
Adesivos	Adesivos em Vinil. Formato 6,5x5,8cm; Acabamento com meio corte (corte contorno) para destacar + corte individual.	7.500		
Crachás para eventos institucionais	Formato 9 x13cm Impressão em papel plantável com sementes de alimentos. Cores 4/0 (impressão em cores só frente) Corte reto com presilha.	3.500		
Botton niquelado	Resinado, tipo broche, logomarca CRN-4 em alto e baixo relevo, impressão em até 3 cores.	100		
Camiseta - Modelo A (Malha PV)	Malha PV: 67% poliéster / 33% viscose; Gramatura: 160 g/m² (variação ±5%); Tecnologia anti-pilling; Gola careca com reforço; Cor: preta; Estampa: 4x4 frente / 1x0 costas  Tamanhos: PP, P, M, G, GG, XG; Peso aproximado: 200 g.	200		
Camiseta - Modelo B (Malha PET)	Material: Malha PET 30.1 ou 50% algodão / 50% poliéster PET nos tamanhos: P, M, G, GG e XG  Medidas: Altura Largura PP 67 39 P 70 45	200		

	M 72 52 G 77 56 GG 76 59 XG	80		
	71			
Caneta metálica com corpo em cortiça	Carga esferográfica azul 1.0mm Acionamento por clique Clipe metálico, acionador e ponteira metálica. Largura: 1,4 cm Comprimento: 14,2 cm Clip metálico nas cores: 400 unidades prata 400 unidades dourado 400 unidades rose gold Gravação: Silk screen 1 cor Medida aproximada para gravação (CxL): 4 cm x 0,7 cm	1.200		
Medalha	Medalhas CRN-4, fundidas em liga de chumbo, estanho e antimônio, medindo 7 cm de diâmetro com 4 cm de espessura, rebarbadas e grafadas, banhada através do processo de galvanoplastia com banho de cobre, níquel, latão, oxidação, pintura e verniz, com fita gorgorão com personalização em Silk com 38 mm de largura, com estojo de veludo.	50		
Copos de fibras de arroz	Copo de 350ml - Cor: Branco com tampa colorida (laranja, azul, roxo e verde) Gravação: Silk screen em 4 cores de um lado (frente) Caixa de papelão como embalagem e proteção.	5.000		
Troféu Padrão Acrílico Cristal	Troféu Padrão em Acrílico cristal Grande 20x14cm colorido (4 cores). Base preta 16,5 x 9cm.	100		
Pin	Metálico com impressão foto resinada.	100		
Squeeze de metal	Garrafa de alumínio do tipo squeeze, tampa com rosca e bico em PVC cristal atóxico. Capacidade: 500 ml. Aplicação de arte a ser fornecida pelo CRN-4. Impressão a laser.	300		
Mochila de Nylon USB 21L	Mochila 21l, confeccionada em nylon com compartimento para notebook até 15,6 polegadas. Contém compartimento grande com divisórias para documentos, eletrônicos e caneta, compartimento mediano com abertura vertical, compartimento frontal, bolso lateral e adaptador USB externo com cabo acoplado, permitindo a conexão de um carregador portátil de dentro da mochila e transferência da carga para o lado externo, ocultando o carregador e viabilizando a utilização do celular durante o processo. Contém zíperes com pegadores plásticos, alça de mão em nylon e alças para as costas ajustáveis com revestimento espumado antitranspirante.	100		
<b>TOTAL:</b>				

5.2. Os pagamentos serão realizados através de boleto bancário ou depósito em conta corrente até 20 (vinte) dias corridos após a o recebimento definitivo dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

5.2.1. Constatada qualquer divergência ou irregularidade na documentação, esta será devolvida à Contratada para as devidas providências;

5.2.2. As notas fiscais deverão ser emitidas conforme as determinações da Lei Federal 9.340/1996 e da IN da SRF 1234/2012.

5.3. Será realizada a retenção dos tributos para pagamento direto aos órgãos competentes, conforme a legislação pertinente, com exceção das empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

## CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1. Assinado o contrato, será realizada reunião de alinhamento, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do início da vigência contratual.

7.2. Os prazos de entrega para os itens são de até 10 (dez) dias úteis, contados do envio formal da ordem de compra, por meio de e-mail institucional ou sistema eletrônico oficial adotado pelo CRN-4.

7.2.1. Os prazos poderão ser ajustados em situações excepcionais, considerando a complexidade do pedido, desde que:

I - Haja solicitação formal e justificada da contratada;

II - a solicitação ocorra antes do vencimento do prazo original;

III - haja autorização expressa e fundamentada do fiscal do contrato.

7.2.2. Para itens que demandem qualidade especial, a contratada deverá apresentar prova digital ou física para aprovação do CRN-4 antes do início da produção em escala. O setor responsável terá prazo de até 03 (três) dias úteis para análise e manifestação quanto à aprovação das provas apresentadas.

7.2.3. As entregas ocorrerão nos endereços das sedes do CRN-4, conforme descrito no pedido. As entregas deverão ocorrer em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 10h às 17h. Excepcionalmente, mediante solicitação formal do CRN-4, poderão ocorrer entregas aos sábados, previamente agendadas.

7.2.4. Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo e a assinatura do servidor do CRN-4 responsável pelo recebimento.

7.3. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega dos bens, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações solicitadas, mediante atesto no sistema eletrônico do CRN-4, realizado pelo servidor responsável pelo recebimento.

7.4. Nos casos em que os produtos entregues não atendam aos padrões definidos, caberá a detentora providenciar a imediata troca destes, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação do CRN-4, sujeitando-se, na inobservância, às penalidades previstas no ato convocatório.

7.4.1. O prazo fixado no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que:

7.4.2. Seja solicitado pela interessada, antes do vencimento do primeiro prazo;

7.4.3. Ocorra motivo justificado aceito pelo CRN-4.

7.5. A substituição de materiais somente será admitida em caráter excepcional, mediante justificativa técnica formal da contratada, desde que sejam mantidas integralmente as especificações, qualidade, funcionalidade, acabamento e características essenciais do objeto originalmente contratado, sem alteração do objeto licitado e sem prejuízo à isonomia do certame, condicionada à prévia aprovação formal do CRN-4.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por colaborador designado pela Diretoria do CRN-4.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

9.2. Sustar qualquer fornecimento que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida for necessária.

9.3. Aplicar as penalidades previstas, na hipótese de a detentora não cumprir o compromisso assumido, mantidas as situações normais, arcando a empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar ao CRN-4.

9.4. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Entregar os materiais registrados embalados adequadamente, nas quantidades especificadas, até 10 (dez) dias úteis após a requisição do CRN-4;

10.2. Substituir os materiais entregues com eventuais defeitos de confecção ou fabricação ou que apresentar adulteração da qualidade ou sofrer eventual alteração de suas características, quando não corresponderem às especificações da Ata de Registro de Preços. As substituições serão feitas no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação do CRN-4, sujeitando-se, na inobservância, às penalidades previstas neste Termo de Referência;

10.3. Apresentar amostras para dirimir dúvidas quanto ao atendimento das especificações e da qualidade do produto;

10.4. Cumprir fielmente as condições constantes neste documento;

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações abaixo relacionadas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Conforme previsão do art. 156 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as sanções abaixo relacionadas, ressaltando que a aplicação destas serão precedidas do devido processo legal, garantidos a ampla defesa e o contraditório:

I - Advertência;

II - Multas;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.1. A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 19.1. deste Termo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.2.2. A sanção prevista no inciso II será calculada conforme a seguinte graduação:

11.2.2.1. 5%, do valor da fatura, para atrasos até 3 dias úteis;

11.2.2.2. 10%, do valor da fatura, para atrasos entre 4 e 7 dias úteis;

11.2.2.3. 15%, do valor da fatura, para atrasos entre 8 e 12 dias úteis;

11.2.2.4. 20%, do valor da fatura, para atrasos entre 13 e 15 dias úteis;

11.2.2.5. 25%, do valor da fatura, para atrasos entre 16 e 21 dias úteis;

11.2.2.6. 30%, do valor da fatura, para atrasos superiores a 21 dias úteis;

11.2.3. A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.2.4. A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.3. deste Edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.2.5. A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

11.2.6 As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

11.2.6.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.2.7. A aplicação das sanções previstas no item 19.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.2.8. Na aplicação da sanção prevista no inciso II será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.2.9. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de

responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.2.9.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

11.2.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.2.10.1. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.2.11. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.2.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

11.2.13. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.2.14. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

11.2.15. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

11.2.15.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

11.2.16. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.2.16.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão das circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente DA CONTRATANTE, e desde que formuladas até a data do vencimento estipulada para o cumprimento da obrigação.

11.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.5.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu

rito normal na unidade administrativa;

11.5.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao CRN-4, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sicaf.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

12.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

12.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

12.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

12.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

12.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

12.1.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

12.1.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

12.1.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

12.1.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

12.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

12.2.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/21;

12.2.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

12.2.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

12.2.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

12.2.5. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

12.3. As hipóteses de extinção a que se referem os itens 12.2.2, 12.2.3 e 12.2.4 desta cláusula observarão as seguintes disposições:

12.3.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

12.3.2. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 124 desta Lei.

12.4. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei 14.133/21 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.5. A extinção do contrato poderá ser:

12.5.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

12.5.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

12.5.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

12.7. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.



12.8. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

12.8.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

12.8.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

12.8.3. Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

12.9. A aplicação das medidas previstas nos itens 12.8.1 e 12.8.2 desta cláusula ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

12.10. Na hipótese do item 12.8.2 desta cláusula, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

12.11. A extinção do contrato obedecerá ao que preceituam os artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCIÁRIA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do orçamento próprio em Elementos de Despesas nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

14.1. O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial da União, às expensas do CONTRATANTE.

14.2. A eficácia do contrato fica condicionada à divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), nos prazos previstos no art. 94 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES:**

16.1. Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo artigo 124, da Lei nº. 14.133/21, sempre através de Termo Aditivo, numerados em ordem crescente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, no Rio de Janeiro - RJ, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.2. E assim, por estarem de acordo ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Contrato em 02(duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, conforme dispõe o artigo 92 da Lei nº. 14.133/21.

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE MENORES**  
**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026**

**DECLARAÇÃO RELATIVA À TRABALHO DE MENORES**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, órgão emissor \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021 e do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

(Local) (Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES**  
**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2026**

**DECLARAÇÃO**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, órgão emissor \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico Nº 90007/2026, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme disposto no inciso VI do art. 67 da Lei nº 14.133/21.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

(Local) (Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS**  
**PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2026**

**DECLARAÇÃO**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, órgão emissor \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico Nº 90007/2026, que atende as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/21.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

(Local) (Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

**ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO  
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2026**

**DECLARAÇÃO**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, órgão emissor \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico Nº 90007/2026, que atende aos requisitos de habilitação e que responderá pela veracidade das informações prestadas, conforme disposto no inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133/21.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

(Local) (Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

**ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE O ART. 63, § 1º DA LEI 14.133/2021  
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2026**

**DECLARAÇÃO**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, órgão emissor \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico Nº 90007/2026, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no § 1º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

(Local) (Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, na sede do Conselho Regional de Nutricionistas 4ª Região (CRN-4), na Av. Rio Branco, 173 - 5º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, de um lado o Conselho Regional de Nutricionistas 4ª Região (CRN-4), neste ato por sua Presidente, \_\_\_\_\_, portadora do CPF nº \_\_\_\_\_, e de sua conselheira tesoureira, \_\_\_\_\_, portadora do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada Órgão Gerenciador, e do outro a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portadora do CPF nº \_\_\_\_\_, vencedora da licitação em epígrafe, denominada Detentora, resolvem registrar os preços do lote 1 do Pregão Eletrônico nº 90007/2026.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 90007/2026 e seus Anexos, Processo nº. \_\_\_\_\_, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

## 1.ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

1.1. A presente ARP é integrada apenas pelo Órgão Gerenciador.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente ARP estabelece as cláusulas para o fornecimento fracionado de \_\_\_\_\_ para o CRN-4.

2.2. Grupo Homologado:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Registrado	Valor Total Registrado
Caderno Institucional	Caderno tamanho 14x20 cm; acabamento em wire-o branco; capa dura em couche 17g/m2 com laminação fosca e com relevo - 3 cores; contracapa dura em couche 17g/m2 com laminação fosca e com relevo - 3 cores ; 3 páginas coloridas frente e verso (dados pessoais e calendários) com papel AP 75g; 3 páginas frente e verso avulsas coloridas no papel couchê brilhoso; miolo em 236 páginas frente e verso com folhas em 1x1 cor - P&B (páginas iguais) brancas e pautadas com papel AP 75g; rodapé com informações que constam na arte e cabeçalho com campo de preencher data conforme a arte.	3.000		
Ecobag	Ecobag de algodão com alças costuradas na parte interna - alças de 27cm - sacola:42x43x10cm - inclui até 5 cores de personalização do logo, em silk screen. Código 40831XB.	5.000		
Caneta	Caneta metálica com suporte para celular, ponteira touch screen e limpador de tela. Carga esferográfica azul e acionamento por clique - Incluso gravação a laser. Código 98531XB, corpo na cor branca, arte colorida.	3.500		
Caneta	Caneta metálica com suporte para celular, ponteira touch screen e limpador de tela. Carga esferográfica azul e acionamento por clique - Incluso gravação a laser. Código 98531XB, corpo na cor prata, arte colorida.	3.500		
Bloco com papel timbrado	Formato: 14cm x 21cm Cor: 4/0 Com logotipo do CRN-4, endereço, mapas da jurisdição e redes sociais com slogan. Acabamento: Papel off set 90 gr, 50 páginas - 1 via, colado.	7.000		
Botton	Formato: medidas 45mm x 45mm. Material chapa de alumínio frontal, traseira de PVC. Base plásticas (PVC) com alfinete de metal. Tampa interna em alumínio. Película poliéster sobre impressão a laser de alta qualidade.	7.500		
Mousepad	Formato: Ergonômico de neoprene com apoio para o punho de silicone. Parte inferior revestida com silicone antiderrapante. Medidas: 19,1cm.	600		

	Impressão com uma cor de base + slogan e logo do CRN-4 coloridos.			
Marcadores de página	Formato: papel couchê 250g de 5x19 cm em frente e verso - já recortados pronto para distribuição.	7.500		
Pasta com bolsa	Formato: Aberto 44cm x 42 cm com bolsa com corte arredondado Formato fechado: 22 x 31 cm Cores: 4/0 Papel: Cartão Triplex 250gr, acabamento laminação (frente) fosco, verniz localizado + corte de faca. Com logotipo, endereços, telefones e redes sociais do CRN-4.	6.000		
Banners físicos	Banner em lona. Formato: 0,90 x 1,20 m em 380gr e acompanhado com acabamento de bastão e barbante.	10		
Cartaz	Formato: A3, 4/0 cores, impresso em papel couchê brilho ou fosco 150g. Acabamento: Aplicação de 04 (quatro) fitas dupla face no verso	50		
Folder Institucional - Grande (29,7 x 21 cm)	Impressão formato aberto: 29,7 x 21 cm; Formato fechado: 10 x 21 cm; Impressão off-set 4/4 cores; Papel couchê fosco 170g. Acabamento: duas dobras, corte reto, vinco e laminação fosca externa.	4.000		
Folder Institucional - Médio (20 x 21 cm)	Impressão formato aberto: 20 x 21 cm; Formato fechado: 10 x 21 cm; Impressão off-set 4/4 cores; Papel couchê fosco 170g; Acabamento: uma dobra, corte reto, vinco e laminação fosca externa.	7.500		
Mini cartilha	Formato aberto: 18cm x 14cm Formato fechado: 9cm x 14cm Aproximadamente 20 páginas + 4 (capa e contracapa). Capa: 4/1, papel couché brilho 300gr. Miolo: 4/4, offset 90gr. Acabamento com 02 grampos CANOA	1.000		
Cartilha	Formato aberto: 21 x 29,7 Formato fechado: 14,8 x 21 Aproximadamente 30 páginas + 4 (capa e contracapa). Capa: 4/1, papel couché brilho 300gr. Miolo: 4/4, offset 90gr. Acabamento com 02 grampos CANOA	800		
Flyers	Formato: 15 cm x 21 cm Cores: 4/4 Papel: couche brilho 150gr Acabamento: corte reto	7.500		
Crachá para funcionários e conselheiros	Formato: PVC 0.75mm medindo 5,4x8,6cm, presilha formato jacaré, com cordame 45 cm personalizado.	200		
Adesivos	Adesivos em Vinil. Formato 6,5x5,8cm; Acabamento com meio corte (corte contorno) para destacar + corte individual.	7.500		
Crachás para eventos institucionais	Formato 9 x13cm Impressão em papel plantável com sementes de alimentos. Cores 4/0 (impressão em cores só frente) Corte reto com presilha.	3.500		
Botton niquelado	Resinado, tipo broche, logomarca CRN-4 em alto e baixo relevo, impressão em até 3 cores.	100		
Camiseta Modelo (Malha PV) - A	Malha PV: 67% poliéster / 33% viscose; Gramatura: 160 g/m <sup>2</sup> (variação ±5%); Tecnologia anti-pilling; Gola careca com reforço; Cor: preta; Estampa: 4x4 frente / 1x0 costas Tamanhos: PP, P, M, G, GG, XG; Peso aproximado: 200 g.	200		
Camiseta Modelo (Malha PET) - B	Material: Malha PET 30.1 ou 50% algodão / 50% poliéster PET nos tamanhos: P, M, G, GG e XG  Medidas: Altura Largura PP: 67X39 P: 70X45 M: 72X52 G: 77X56 GG: 76X59 XG: 80X71	200		

Caneta metálica com corpo em cortiça	Carga esferográfica azul 1.0mm Acionamento por clique Clipe metálico, acionador e ponteira metálica. Largura: 1,4 cm Comprimento: 14,2 cm Clip metálico nas cores: 400 unidades prata 400 unidades dourado 400 unidades rose gold Gravação: Silk screen 1 cor Medida aproximada para gravação (CxL): 4 cm x 0,7 cm	1.200		
Medalha	Medalhas CRN-4, fundidas em liga de chumbo, estanho e antimônio, medindo 7 cm de diâmetro com 4 cm de espessura, rebarbadas e grafadas, banhada através do processo de galvanoplastia com banho de cobre, níquel, latão, oxidação, pintura e verniz, com fita gorgorão com personalização em Silk com 38 mm de largura, com estojo de veludo.	50		
Copos de fibras de arroz	Copo de 350ml - Cor: Branco com tampa colorida (laranja, azul, roxo e verde) Gravação: Silk screen em 4 cores de um lado (frente) Caixa de papelão como embalagem e proteção.	5.000		
Troféu Padrão Acrílico Cristal	Troféu Padrão em Acrílico cristal Grande 20x14cm colorido (4 cores). Base preta 16,5 x 9cm.	100		
Pin	Metálico com impressão foto resinada.	100		
Squeeze de metal	Garrafa de alumínio do tipo squeeze, tampa com rosca e bico em PVC cristal atóxico. Capacidade: 500 ml. Aplicação de arte a ser fornecida pelo CRN-4. Impressão a laser.	300		
Mochila de Nylon USB 21L	Mochila 21l, confeccionada em nylon com compartimento para notebook até 15,6 polegadas. Contém compartimento grande com divisórias para documentos, eletrônicos e caneta, compartimento mediano com abertura vertical, compartimento frontal, bolso lateral e adaptador USB externo com cabo acoplado, permitindo a conexão de um carregador portátil de dentro da mochila e transferência da carga para o lado externo, ocultando o carregador e viabilizando a utilização do celular durante o processo. Contém zíperes com pegadores plásticos, alça de mão em nylon e alças para as costas ajustáveis com revestimento espumado antitranspirante.	100		
<b>TOTAL:</b>				

2.3. Valor total da ARP:

2.4. As despesas resultantes da execução desta Ata de Registro de Preços serão atendidas através da seguinte Dotação Orçamentária XXXXXXXXXX - XXXXXXXXXX.

### 3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. As condições de execução da Ata de Registro de Preços estão dispostas no item XX do Termo de Referência do Pregão XXX/XXXX.

### 4. DO REAJUSTE

4.1. Os preços permanecerão fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo o disposto no Art. 25 do Decreto 11.462/2023.

### 5. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

5.1. O acompanhamento e a fiscalização da Ata consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento desta, devendo ser exercido por colaborador formalmente designado pela Administração.

5.2. A Detentora deverá manter preposto, aceito pelo CRN-4, durante o período de vigência da Ata, para representá-la administrativamente sempre que necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar

o nome completo, número do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

## **6. DA VIGÊNCIA**

6.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a partir de \_\_/\_\_/\_\_\_\_ até \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

6.1.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, cabendo a renovação desta, com base no Art. 15, IX, do Decreto nº 11.462/2023.

6.1.2. Nos casos de prorrogação do prazo de vigência da ata, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitirá as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e as juntará ao respectivo processo.

## **7. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. A ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, somente poderá ser utilizada por órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e expressa autorização do CRN-4, nos termos do artigo 31º, do Decreto 11.462/2023.

## **8. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

8.1. A Lei Federal 14.133/21 e o Decreto 11.462/2023 regerão as hipóteses não previstas nesta Ata de Registro de Preços.

8.2. No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas da presente Ata, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

## **9. DO CADASTRO DE RESERVAS**

9.1. Conforme consta no ANEXO A, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo REVOGAÇÃO ou RESCISÃO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, inc. VII, e § 5º, inc. VI, da Lei 14.133/2021.

9.2. A formação de CADASTRO RESERVA registra o licitante, conforme disposto no Art. 18 do Decreto 11.462/2023.

9.3. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.

9.4. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.

9.5. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

## **10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

10.1. Em conformidade com o Decreto 11.462/2023, o registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto 11.462/2023;

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.2.1. Por razão de interesse público;

10.2.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.2.3. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 Decreto 11.462/2023.

## **11. DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. O Gestor da presente Ata de Registro de Preços será designado pela Administração.

11.2. A Detentora deverá manter durante toda a execução da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **12. DO FORO**

12.1. O foro para solução dos conflitos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços é o da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (RJ)

ANEXO A DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
**CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES**

FORNECEDOR	CNPJ	GRUPO	ART. 18. II, LETRA "A" DO DECRETO 11.462/2023	ART. 18. II, LETRA "B" DO DECRETO 11.462/2023



Documento assinado eletronicamente por **José Renato Felix, Coordenador(a) da Comissão de Licitação**, em 25/06/2026, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.cfn.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2464480** e o código CRC **34DCB12A**.

**Referência:** Processo nº 040419.000008/2026-26

SEI nº 2464480